



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Bacharelado em Ciências Contábeis

PALOMA NAYARA MEDEIROS DE FRANÇA

**SEMELHANÇA ENTRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS
EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBRX-50**

Brasília, DF
2025

Paloma Nayara Medeiros de França

SEMELHANÇA ENTRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS
EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBRX-50

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de
Brasília como requisito parcial de obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Aparecida
de Souza

Linha de pesquisa: Auditoria

Área: Auditoria

Brasília, DF
2025

Professora Doutora Rozana Reigota Naves
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Marcio Muniz de Farias
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Tiago Araujo Coelho de Souza
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Francisca Aparecida de Souza
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor Edmilson Soares Campos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

FF815p França, Paloma Nayara Medeiros de.
PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS QUE COMPÕEM
O IBRX-50 / Paloma Nayara Medeiros de França; orientador
Francisca Aparecida de Souza. -- Brasília, 2025.
42 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2025.

1. Principais Assuntos de Auditoria. 2. Auditoria. 3.
IBRX-50. 4. Governança Corporativa. I. Aparecida de Souza,
Francisca, orient. II. Título.

Paloma Nayara Medeiros de França

SEMELHANÇA ENTRE OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS
EMPRESAS QUE COMPÕEM O IBRX-50

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de
Brasília como requisito parcial de obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof.^a Dr.^a Francisca Aparecida de Souza
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Fernandes Rodrigues
Examinadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2025

“O preço da grandeza é a responsabilidade.”

(Winston Churchill)

*“Ética é saber a diferença entre o que você
tem o direito de fazer e o que é certo fazer.”*

(Potter Stewart)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o apoio, incentivo e orientação de muitas pessoas, a quem serei eternamente grata. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Francisca Aparecida de Souza, pela valiosa contribuição ao longo de todo o processo. Agradeço sua orientação, paciência e dedicação; sua experiência e comprometimento foram essenciais para o meu desenvolvimento e para a elaboração deste TCC. Também sou grata à Universidade de Brasília, que me proporcionou uma formação sólida e de qualidade, além de um ambiente acadêmico enriquecedor e repleto de aprendizados. Não posso deixar de agradecer aos professores, que, com sua expertise e empenho, compartilharam conhecimentos valiosos ao longo dos anos. Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional em todos os momentos desta jornada. Agradeço pelo amor, paciência e por acreditarem em mim. Sem o suporte emocional e as palavras de força que recebi de vocês, não teria conseguido chegar até aqui.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar as semelhanças entre os principais assuntos de auditoria (PAA's) nas empresas que compõem o IBrX-50. Para tanto, os relatórios contábeis de 2023 das empresas que compõem o índice IBrX-50 foram coletados no sítio da Comissão de Valores Mobiliários, e a classificação setorial das companhias foi obtida no sítio da Bolsa de Valores Brasileira. Os PAA's foram obtidos nos pareceres dos auditores independentes e o valor total do ativo no Balanço Patrimonial. A análise evidenciou que alguns PAA's são comuns na maioria das empresas, reforçando a semelhança existente entre eles. Os principais assuntos de auditoria identificados foram: recuperabilidade de ativos, questões tributárias, provisões, valor justo e reconhecimento da receita. A semelhança entre os PAA's foi identificada na maioria dos setores. O estudo buscou contribuir com a literatura que aborda a auditoria nas empresas.

Palavras-chave: Auditoria, IBrX-50, Principais Assuntos de Auditoria.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the similarity between the key audit matters (KAMs) in the companies that make up the IBrX-50 index. To this end, the 2023 financial reports of the companies included in the IBrX-50 index were collected from the website of the Brazilian Securities and Exchange Commission, and the sector classification of the companies was obtained from the website of the Brazilian Stock Exchange. The KAMs were obtained from the independent auditors' reports and the total asset value from the Balance Sheet. The analysis showed that some KAMs are common in most companies, reinforcing the existing similarity between them. The key audit matters identified were asset recoverability, tax issues, provisions, fair value, and revenue recognition. The similarity between KAMs was observed in most sectors. This study aimed to contribute to the literature on auditing in companies.

Keywords: Auditing, IBrX-50, Key Audit Matters.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1. Conceitos Fundamentais de Auditoria e o Papel dos PAAs.....	11
2.2. A Origem e a Necessidade dos PAAs nas Auditorias	13
2.3. Importância dos PAAs para as Empresas	15
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS	19
4.1 Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	40

1 INTRODUÇÃO

A auditoria consiste numa prática que visa garantir que as informações contábeis divulgadas pelas empresas sejam transparentes e em conformidade com as normas em vigor, tem uma função relevante na confiabilidade destas informações, assegurando que sejam apresentadas de forma fidedigna (GRAMLING *et al.*, 2016; ALMEIDA, 2017). No contexto brasileiro e internacional, essas normas podem incluir padrões emitidos por entidades como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os padrões IFRS e as International Standards on Auditing (ISAs).

Contudo, os escândalos financeiros das empresas Enron e da WorldCom no início dos anos 2000 abalaram a confiabilidade nas práticas de auditoria da época para gerar informações seguras. Estes acontecimentos mostraram a necessidade de avanço nos procedimentos de auditoria, de uma abordagem mais robusta e com foco em riscos (GRAMLING *et al.*, 2016; STOCKLER, 2018).

A partir das ocorrências nas empresas Enron e WorldCom aumentaram as demandas dos usuários das informações por maior transparência e rigor nos processos de auditoria, e foi neste contexto que surgiram os principais assuntos de auditoria (PAAs) (GRAMLING *et al.*, 2016; STOCKLER, 2018).

Segundo Camargo *et al.* (2019) e Alves Júnior; Galdi (2020) os PAAs são assuntos considerados de maior relevância identificados pelo auditor durante o processo de auditoria, ou seja, são temas com potencial impacto nas demonstrações financeiras. Os PAAs são apresentados como um tópico dentro do relatório de auditoria, destacando os principais aspectos analisados pelo auditor e proporcionando maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras.

Segundo Alves Júnior e Galdi (2020) e Silva (2020) os PAAs proporcionam aos interessados nas informações financeiras das organizações uma visão mais ampla, clara e detalhada das questões que podem impactar significativamente a situação financeira e o desempenho futuro das organizações.

Pesquisas anteriores têm analisado a auditoria empresarial sob diversos aspectos, incluindo sua evolução no Brasil e seu papel como ferramenta de garantia de qualidade das informações financeiras. Segundo Lima (2019), a auditoria desempenha uma função social ao contribuir para a transparência das informações contábeis e assegurar a conformidade regulatória.

Além disso, as práticas de auditoria têm passado por constantes transformações devido às mudanças econômicas e regulatórias, além do avanço tecnológico. Essas adaptações permitem que os auditores aprimorem sua atuação, ampliando a eficiência e o alcance do trabalho realizado, o que reflete diretamente na qualidade e confiabilidade das informações contábeis fornecidas pelas empresas (IIA BRASIL, 2024). Essa evolução é fundamental para atender às especificidades de diferentes setores e empresas, especialmente no contexto das companhias listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

A motivação para este estudo decorre da observação de que, apesar das regulamentações uniformes, as práticas de auditoria podem variar entre diferentes empresas e setores. Em um mercado tão dinâmico e complexo quanto o brasileiro, entender os principais assuntos de auditoria nas empresas que compõem o IBrX-50 é importante para assegurar que as práticas contábeis e de controle interno estejam alinhadas com as melhores práticas e requisitos regulatórios.

Diante do contexto, o presente estudo tem como objetivo identificar as semelhanças entre os principais assuntos de auditoria nas empresas que compõem o IBrX-50, considerando empresas do mesmo setor e auditadas pela mesma empresa de auditoria.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conceitos Fundamentais de Auditoria e o Papel dos PAAs

A auditoria é um processo que visa a verificação da integridade financeira e operacional de uma organização, desempenhando um papel relevante na confiabilidade das informações apresentadas às partes interessadas. Este processo envolve o exame detalhado das demonstrações financeiras, conduzido por auditores independentes, para assegurar que as informações financeiras reflitam a realidade da empresa de forma fidedigna, cumprindo com as normas vigentes (ALMEIDA, 2017; GRAMLING *et al.*, 2016).

Os principais objetivos da auditoria incluem a emissão de uma opinião imparcial sobre as demonstrações financeiras e a avaliação da eficácia dos controles internos da empresa. Dessa forma, a auditoria contribui significativamente para a transparência e a confiança nos mercados financeiros, além de mitigar os riscos de fraudes e erros que possam comprometer a integridade das informações (ALMEIDA, 2017).

Dentro do contexto da auditoria, os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) emergem como elementos críticos. Os PAAs são tópicos identificados pelo auditor como de maior importância durante o processo de auditoria. Esses assuntos são destacados no relatório do auditor devido ao seu potencial impacto significativo nas demonstrações financeiras, sendo um reflexo dos julgamentos mais complexos e das áreas de maior risco enfrentadas durante a auditoria (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020; CAMARGO *et al.*, 2019).

A identificação dos PAAs é um processo minucioso, que requer do auditor um profundo conhecimento da empresa auditada, bem como uma avaliação criteriosa dos riscos envolvidos. Esses assuntos são escolhidos com base na complexidade das operações, nas incertezas significativas e nas áreas que demandam um julgamento substancial por parte do auditor. Dessa forma, os PAAs oferecem uma visão detalhada dos desafios enfrentados durante a auditoria, proporcionando aos usuários das demonstrações financeiras informações valiosas sobre os principais riscos enfrentados pela empresa (CESCON *et al.*, 2022; CORREIA, 2023).

As normas que guiam a auditoria e a identificação dos PAAs são relevantes para a prática contábil. Internacionalmente, as normas emitidas pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) fornecem diretrizes claras sobre como os auditores devem conduzir seus trabalhos e comunicar os PAAs (IFAC, 2015). No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desempenham um papel central na regulamentação das práticas de auditoria, assegurando que as empresas sigam padrões consistentes e de alta qualidade (BRASIL, 2007; CFC, 2016a; CVM, 2021).

Essas regulamentações visam garantir que a auditoria seja conduzida de maneira transparente e que os PAAs sejam devidamente comunicados aos *stakeholders*. A adoção das normas internacionais no Brasil, como as NBC TA 700 e NBC TA 701, reforça a necessidade de uma auditoria rigorosa e uma comunicação eficaz dos principais assuntos que podem impactar as demonstrações financeiras (CFC, 2016b; CFC, 2016c; STOCKLER, 2018).

A relevância dos PAAs é particularmente destacada em tempos de crise, como observado durante a pandemia de Covid-19. Nesse período, os PAAs ganharam ainda mais importância, pois os auditores precisaram abordar as incertezas e os riscos adicionais trazidos pela crise nas suas avaliações e relatórios. O impacto econômico e as mudanças nas operações das empresas exigiram uma análise mais detalhada e uma comunicação mais clara dos principais assuntos, refletindo as novas realidades enfrentadas pelas empresas (CORREIA, 2023; SOLER, 2021; SILVA, 2020).

Os PAAs também desempenham um papel importante na tomada de decisão por parte dos investidores. Informações claras e detalhadas sobre os principais riscos enfrentados por

uma empresa ajudam os investidores a tomarem decisões mais adequadas, promovendo a transparência e a confiança no mercado de capitais. Dessa forma, os PAAs não apenas enriquecem o relatório de auditoria, mas também têm um impacto direto na percepção e no comportamento dos investidores (COCO, 2022; BENTO, 2022; MONTENEGRO, 2022).

A aplicação das normas internacionais de auditoria e a comunicação eficaz dos PAAs são elementos que têm evoluído continuamente, refletindo as mudanças nas práticas de mercado e nas expectativas dos *stakeholders*. O aprimoramento dessas normas e práticas busca garantir que a auditoria continue sendo uma ferramenta efetiva para a integridade e a transparência financeira, atendendo às necessidades dos usuários das demonstrações financeiras (SOLER, 2021; CAVALCANTE, 2022).

Segundo Almeida (2017) e Gramling *et al.* (2016) os PAAs auxiliam na mitigação dos riscos de auditoria ao direcionar o foco para as áreas mais suscetíveis a erros ou fraudes. E ao identificar e comunicar esses assuntos, os auditores não apenas cumprem seu papel de verificar a exatidão das demonstrações financeiras, mas também contribuem para a prevenção de possíveis escândalos futuros. Essa abordagem proativa ajuda a manter a integridade das informações financeiras, fortalecendo a confiança dos investidores e promovendo a estabilidade nos mercados financeiros. Portanto, a auditoria e os PAAs representam pilares na construção da confiança dos mercados financeiros. Eles asseguram que as empresas operem dentro de padrões elevados de transparência e conformidade, protegendo os interesses dos investidores e contribuindo para a estabilidade do sistema financeiro global (IGARASHI *et al.*, 2009; B3, 2023).

A constante evolução das normas de auditoria e a ênfase nos PAAs refletem a dinâmica do ambiente de negócios e a necessidade de adaptação às novas realidades econômicas e regulatórias. Isso demonstra o compromisso contínuo da profissão contábil em manter altos padrões de qualidade e em fornecer informações relevantes e confiáveis para todos os interessados (STOCKLER, 2018; GRAMLING *et al.*, 2016).

2.2. A Origem e a Necessidade dos PAAs nas Auditorias

Os PAAs surgiram como uma resposta às demandas crescentes por maior transparência e rigor nos processos de auditoria. Historicamente, a prática de auditoria estava focada em garantir a exatidão das demonstrações financeiras das empresas, sem a devida atenção aos riscos inerentes não expostos e às áreas críticas que poderiam impactar a saúde financeira das

organizações. Os escândalos financeiros da Enron e da WorldCom expuseram as fragilidades das práticas de auditoria habituais, destacando a necessidade de uma abordagem mais robusta e focada em riscos (STOCKLER, 2018; GRAMLING *et al.*, 2016).

Os escândalos da Enron e da WorldCom, no início dos anos 2000, são exemplos que evidenciaram a necessidade de evolução nas práticas de auditoria. Esses casos, que resultaram em quedas financeiras enormes, mostraram falhas críticas nos processos de auditoria, onde as áreas de risco não foram adequadamente informadas aos investidores e outras partes interessadas. A falta de transparência nas auditorias destas instituições contribuiu para a multiplicação de fraudes contábeis, levando à falência de grandes corporações e à perda de confiança no mercado (HEALY; PALEPU, 2003; BENSTON; HARTGRAVES, 2002).

Ao destacar as áreas de maior risco e os julgamentos mais complexos enfrentados pelos auditores, os PAAs fornecem uma visão mais clara e detalhada dos aspectos críticos que podem afetar o desempenho financeiro das organizações. Essa abordagem permite que as partes interessadas tenham acesso a informações relevantes, o que auxilia a tomada de decisões e promove a transparência nos mercados financeiros (CESCON *et al.*, 2022; SOLER, 2021; SILVA, 2020).

A evolução dos PAAs está intimamente ligada às mudanças nas regulamentações internacionais e à adoção de novas normas de auditoria. O *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) foi um dos principais pontos dessa mudança, ao introduzir a *International Standard on Auditing 701* (ISA 701), que estabelece a obrigatoriedade de comunicar os PAAs nos relatórios de auditoria. Essa norma visa aumentar a transparência e a relevância das informações fornecidas pelos auditores, garantindo que os principais riscos sejam devidamente informados aos usuários das demonstrações financeiras (IAASB, 2015).

A transparência proporcionada pelos PAAs permite que os investidores compreendam melhor os riscos enfrentados pelas empresas, aumentando a credibilidade das auditorias e reduzindo a incerteza associada aos investimentos. Esse efeito é particularmente importante em tempos de crise, quando a confiança do mercado pode ser severamente abalada, e as auditorias têm o seu papel na recuperação da estabilidade financeira (CORREIA, 2023; HEALY; PALEPU, 2003).

Os PAAs também têm uma função educativa, ao fornecer informações valiosas para gestores e conselhos administrativos sobre as áreas que requerem maior atenção e controle. A identificação e comunicação desses assuntos ajudam as empresas a reforçar seus controles internos e a melhorar a governança corporativa. Dessa forma, os PAAs não apenas beneficiam

os investidores e outras partes interessadas, mas também contribuem para a eficiência operacional e a sustentabilidade a longo prazo das empresas (COCO, 2022; STOCKLER, 2018).

A necessidade dos PAAs se tornou ainda mais evidente durante a crise financeira global de 2008, quando a falta de transparência e a subestimação de riscos em relatórios financeiros contribuíram para o colapso de instituições financeiras e a crise subsequente. A experiência dessa crise reforçou a importância de uma auditoria que vá além da simples verificação de números, destacando a necessidade de uma comunicação clara e detalhada dos principais riscos e incertezas enfrentados pelas empresas (SOLER, 2021; SILVA, 2020; GRAMLING *et al.*, 2016).

As empresas que adotam práticas robustas de comunicação de PAAs, geralmente, experimentam um impacto positivo em sua reputação e valor de mercado. A clareza e a transparência proporcionadas pelos PAAs são vistas como indicativos de uma boa governança corporativa, o que pode resultar em uma maior confiança dos investidores e, consequentemente, em melhores avaliações de crédito e menores custos de capital. Portanto, a comunicação dos PAAs é uma estratégia para a manutenção e o fortalecimento da posição competitiva das empresas no mercado global (COCO, 2022; CESCO *et al.*, 2022).

Desta forma, os PAAs emergem como uma resposta necessária às falhas históricas nas práticas de auditoria, impulsionados por escândalos financeiros que evidenciaram a necessidade de maior transparência e foco em áreas críticas. Os PAAs têm um papel na mitigação de riscos e na promoção de uma governança corporativa mais robusta. A evolução das normas de auditoria e a adoção dos PAAs refletem um compromisso contínuo com a integridade e a transparência financeira, garantindo que os mercados possam operar de maneira justa e eficiente (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020; COCO, 2022).

2.3. Importância dos PAAs para as Empresas

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) desempenham um papel importante na promoção da transparência e no fortalecimento das práticas de governança corporativa, especialmente em grandes empresas de capital aberto. Ao identificar e comunicar os principais riscos e áreas de foco nas auditorias, os PAAs oferecem aos investidores e as outras partes interessadas uma visão mais clara e detalhada das questões que podem impactar significativamente a situação financeira e o desempenho futuro das organizações. Essa

transparência ajuda os tomadores de decisões a fazerem escolhas mais acertadas, baseadas em informações completas e relevantes (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020; SOLER, 2021; SILVA, 2020).

A comunicação dos PAAs auxilia para melhoria da governança corporativa, pois força as empresas a serem mais transparentes sobre os desafios e riscos que enfrentam. Ao destacar os principais julgamentos e estimativas feitos pelos auditores, os PAAs aumentam a responsabilidade dos gestores e conselhos de administração, incentivando uma abordagem mais cautelosa e informada na tomada de decisões. Essa prática contribui para uma cultura de maior responsabilidade e integridade dentro das empresas, o que é vital para a confiança dos investidores (CESCON et al., 2022; COCO, 2022).

Além disso, os PAAs servem como uma ferramenta importante para a mitigação de riscos. Ao identificar e comunicar as áreas de maior risco, os auditores ajudam as empresas a concentrar seus esforços na melhoria dos controles internos e na adoção de práticas mais robustas de gerenciamento de risco. Isso não só fortalece a governança corporativa, mas também protege as empresas contra potenciais crises financeiras e escândalos, que poderiam comprometer sua reputação e valor de mercado (IFAC, 2021; ALMEIDA, 2017).

Em empresas de capital aberto, onde a transparência e a governança são particularmente críticas, os PAAs desempenham um papel ainda mais central. Essas empresas estão sujeitas a um escrutínio constante por parte dos investidores, reguladores e outras partes interessadas. A divulgação clara dos PAAs nos relatórios de auditoria é uma maneira eficaz de comunicar como a empresa está lidando com os riscos mais significativos e como esses riscos podem afetar suas operações e desempenho financeiro (COCO, 2022; CORREIA, 2023).

Os PAAs também têm um impacto positivo na percepção do mercado sobre a empresa. Empresas, que comunicam de forma transparente seus principais assuntos de auditoria, são vistas como mais confiáveis e bem geridas, o que pode melhorar sua reputação e atrair potenciais investidores. Esta percepção positiva pode se traduzir em um aumento no valor de mercado da empresa e em um maior acesso a capital a custos mais baixos, o que é bastante bom para a expansão e o crescimento sustentável dos negócios (CESCON et al., 2022; COCO, 2022).

Outro benefício dos PAAs é que eles incentivam uma comunicação mais aberta e eficaz entre auditores, gestores e conselhos de administração. Ao discutir os principais riscos e desafios durante o processo de auditoria, os auditores e os gestores têm a oportunidade de revisar e aprimorar as práticas de governança e os controles internos da empresa. Esta interação promove a melhoria contínua dos negócios, tornando o ambiente mais favorável às decisões,

sendo bastante útil para o sucesso a longo prazo das organizações (STOCKLER, 2018; ALMEIDA, 2017).

A implementação dos PAAs também ajuda a alinhar os interesses dos acionistas com os dos gestores. Em muitas organizações, pode haver um desalinhamento entre as metas de curto prazo dos gestores e os objetivos de longo prazo dos acionistas. Os PAAs contribuem para mitigar esse desalinhamento, ao exigir que os gestores sejam transparentes sobre os riscos e desafios enfrentados pela empresa, o que, por sua vez, ajuda a garantir que as decisões tomadas estejam alinhadas com os interesses de longo prazo dos acionistas (COCO, 2022; CORREIA, 2023).

Além de fortalecer a governança interna, os PAAs também têm implicações significativas para a governança externa das empresas. Reguladores e analistas de mercado usam as informações contidas nos PAAs para avaliar a robustez das práticas de auditoria e de governança das empresas. Isso contribui para um ambiente de negócios mais transparente e confiável, onde as empresas são avaliadas de maneira mais justa e precisa, com base em uma compreensão clara dos riscos e oportunidades (SOLER, 2021; SILVA, 2020; STOCKLER, 2018).

Segundo Cescon *et al.* (2022), Alves Júnior e Galdi (2020) os PAAs também desempenham um papel educativo, ajudando a elevar o nível de conhecimento sobre auditoria e governança tanto dentro das empresas quanto entre os investidores. Pois os investidores se tornam mais informados e capacitados para questionarem e avaliarem as decisões dos gestores ao entenderem melhor os principais riscos e as áreas de foco das auditorias, o que contribui para um ambiente de negócios mais responsável.

De acordo com Coco (2022) e Bento (2022) os PAAs são importantes para a promoção da transparência e da governança corporativa, especialmente em empresas de capital aberto. Eles não apenas aumentam a confiança dos investidores, mas também incentivam uma melhor gestão de riscos e uma governança mais robusta. Ao proporcionar uma visão clara e detalhada dos principais desafios e riscos enfrentados pelas empresas, os PAAs contribuem para um ambiente de negócios mais estável e confiável, que beneficia tanto as empresas quanto seus stakeholders.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é classificado como descritivo, pois segundo Beuren (2008) a pesquisa descritiva envolve a identificação, o registro e a análise dos fenômenos observados. A

pesquisa também pode ser classificada como documental, pois os dados foram coletados nos relatórios contábeis.

A população para a realização desse estudo é composta pelas 50 empresas que compõem o IBRX-50. As companhias que compõem este índice foram escolhidas com base em critérios que consideram a liquidez e o valor de mercado, sendo que algumas delas podem ter mais de uma posição no índice. Diante disso, como a Petrobras ocupa duas posições, a amostra final para análise foi composta por 49 empresas. Essas companhias foram escolhidas por terem os maiores volumes de negociações e valores de mercado no mercado de capitais brasileiro. Os seus relatórios contábeis são auditados por empresas grandes de auditoria independente, denominadas de *Big Four*, e além disso, oferece um panorama diversificado dos setores econômicos.

Os relatórios contábeis (RC's) de 2023 das empresas que compõem a amostra, assim como a informação do setor econômico em que estas entidades estão inseridas foram coletados no sítio da B3. A partir destes relatórios, as informações referentes aos Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) contidos no parecer dos auditores, o valor total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial, assim como os nomes das empresas de auditoria, que revisaram os relatórios contábeis foram obtidos.

Após a coleta dos dados, estes foram organizados em uma planilha estruturada, onde cada linha representava uma empresa e cada coluna correspondia a uma das variáveis coletadas. Esta estruturação facilitou a análise dos dados. A categorização dos PAA's foi realizada com base nas descrições apresentadas nos relatórios de auditoria, agrupando-os em temas comuns, como por exemplo "Reconhecimento de Receita", "Provisões e Contingências" e "Instrumentos Financeiros".

Posterior a tabulação dos dados, procedeu-se a análise das informações com o intuito de encontrar semelhanças entre os PAA's em empresas de um mesmo setor econômico e auditadas pela mesma empresa de auditoria. Também foi verificado se empresas com tamanhos semelhantes apresentam PAA's semelhantes. Para o tamanho das empresas foi utilizado como *proxy* o valor total do ativo. A comparabilidade entre os PAA's das empresas foi realizada considerando assuntos semelhantes em empresas diferentes dentro de um mesmo setor econômico.

4 RESULTADOS

4.1 Principais Assuntos de Auditoria (PAAs)

Neste item, as análises setoriais das semelhanças entre os PAAs das empresas que compõem o IBRX50 em 2023 são apresentadas.

Quadro 01 – PAAs das empresas do Setor de Bens Industriais

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo (\$)
Rumo	Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos	Ernst & Young	49.238.436
	Capitalização de gastos na formação de ativos de infraestrutura		
	Provisão para demandas judiciais		
Azul	Receita de Transporte de Passageiros (incluindo <i>Breakage</i>)	Ernst & Young	20.532.909
	Reservas para Manutenção		
	Continuidade Operacional		
	Modificações do Ativo de Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento de Aeronaves		
WEG	Avaliação do Valor Recuperável dos Ágios (<i>Goodwill</i>)	KPMG	31.496.270
	Receita de Contratos com Clientes		
Embraer	Avaliações da Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Monetários de Longo Prazo	KPMG	52.201.228

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos PAAs das companhias do setor de bens industriais evidenciou semelhanças na recuperabilidade de ativos - “Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos”, “Avaliação do Valor Recuperável dos Ágios” e “Avaliações da Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Monetários de Longo Prazo” nas empresas Rumo, Weg e Embraer, respectivamente. As duas últimas empresas são auditadas pela KPMG. Cabe ressaltar que estas três empresas são as que têm os maiores valores de ativos, a Embraer seguida da Rumo e em terceiro a Weg. Também foi possível observar a semelhança de PAAs na receita – “Receita de Transporte de Passageiros (incluindo *Breakage*)” na empresa azul, “Receita de Contratos com Clientes” na Weg. A azul é a empresa com o menor valor em ativos (quadro 1).

Quadro 02 – PAA’s das empresas do Setor de Comunicações

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo(R\$)
Telefônica Brasil	Não apresentou PAA	PWC	120.737.980
TIM Brasil	Provisão para Contingências Tributárias	Ernst & Young	55.631.215

Fonte: Elaboração própria.

Duas empresas do setor de comunicações estão no IBrX50, entretanto, apenas a Tim Brasil apresentou PAA no relatório da auditoria independente de 2023 (quadro 2), diante disso, não foi possível realizar a análise de comparabilidade entre os PAAs.

Quadro 03 – PAA's das empresas do Setor de Consumo Cíclico

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo(R\$)
Lojas Renner	Provisão para Perdas Estimadas em Crédito	Ernst & Young	20.490.638
	Mensuração do Passivo de Arrendamento e Ativo de Direito de Uso (NBC TG 06 (R3)/IFRS 16)		
MRV Engenharia e Participações	Reconhecimento de Receitas de Unidades Imobiliárias Não Concluídas e de Serviços de Construção	Ernst & Young	25.071.702
	Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos		
Magazine Luiza	Compliance com Leis e Regulamentos	Ernst & Young	37.455.067
	Ambiente de Tecnologia da Informação		
	Provisão para Demandas Judiciais Tributárias		
	Acordos Comerciais nas Compras de Mercadorias para Revenda (Bonificações)		
Cyrela	Reconhecimento de Receitas	Deloitte	17.371.200
	Redução ao Valor Recuperável de Ativos com Vida Útil Indefinida		
Azzas 2154	Redução ao Valor Recuperável de Unidade Geradora de Caixa que Contém Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	KPMG	5.975.904
Localiza	Avaliação do valor recuperável do ágio	PWC	80.947.084
	Estimativas relacionadas à definição do valor residual dos veículos		

Fonte: Elaboração própria.

As empresas do setor de Consumo Cíclico apresentaram semelhanças nos PAA's sobre a redução de valores recuperáveis de ativos – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos com Vida Útil Indefinida” na empresa Cyrela – “Redução ao Valor Recuperável de Unidade Geradora de Caixa” na Azzas 2154, e – “Avaliação do valor recuperável do ágio” – na Localiza. A primeira empresa é auditada pela Deloitte e atua no subsetor construção cível, enquanto a segunda companhia mantém a KPMG como auditoria externa e atua no segmento de vestuário, e a localiza é auditada pela PWC, atua no segmento de aluguel de veículos (quadro 3). O tema reconhecimento de receita também foi observado neste setor, nas empresas MRV e Cyrela – “Reconhecimento de Receitas de Unidades Imobiliárias Não Concluídas e de Serviços de Construção” e - Reconhecimento de Receitas – nesta ordem. As duas companhias atuam no mesmo subsetor de atividade (Construção Civil), sendo a MRV auditada pela Ernst & Young e a Cyrela pela Deloitte. Em relação ao tamanho das empresas, considerando o valor total do ativo, a MRV é maior que a Cyrela cerca de 31% (quadro 3).

Durante a análise dos PAA's divulgados pela “Lojas Renner”, o PAA relacionado às Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa foi classificado de forma inadequada,

pois foi nomeado como “Provisões para Perdas Estimadas de Crédito”. Esse assunto, na realidade, não representa um passivo, mas sim contas redutoras do ativo, uma vez que ajustam o saldo das contas a receber para refletir perdas esperadas.

Quadro 04 – PAA’s das empresas do Setor de Consumo não Cíclico

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo (R\$)
AMBEV	Avaliação e Divulgação de Passivos Contingentes Tributários e Tratamentos Fiscais Incertos	PWC	132.644.133
	Implementação de Nova Versão de ERP (S/4HANA)		
BRF	Avaliação da perda por redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo ativos intangíveis com vida útil indefinida (<i>goodwill</i>)	Grant Thornton	57.272.090
	Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos		
Natura	Valor justo da contraprestação contingente do saldo de contas a receber – alienação de controladas	PWC	19.557.364
Sendas Distribuidora	Recuperabilidade de Créditos Tributários de ICMS	Deloitte	43.177.000
	Provisões e Contingências Tributárias		
JBS	Avaliação do Imposto de Renda	KPMG	206.132.069

Fonte: Elaboração própria.

Algumas semelhanças entre os PAA’s foram identificadas no setor de Consumo não Cíclico, primeiramente, a recuperabilidade, que foi observada na empresa BRF – “Avaliação da perda por redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*)”, e na Sendas Distribuidora – “Recuperabilidade de Créditos Tributários de ICMS”. As duas companhias são auditadas por auditorias independentes diferentes, a Grant Thornton e a Deloitte, respectivamente. As duas empresas operam no segmento de alimentos. Quanto ao tamanho destas empresas, a BRF é 25% maior do que a Sendas Distribuidora (quadro 4).

Outra semelhança notada no setor de Consumo não Cíclico diz respeito ao contingente tributário. Na AMBEV – “Avaliação e Divulgação de Passivos Contingentes Tributários e Tratamentos Fiscais Incertos”, e na Sendas Distribuidora – “Provisões e Contingências Tributárias”. Ressalta-se que empresas de auditoria externas diferentes atuam nestas empresas, a PWC trabalha para a AMBEV, e a Deloitte presta serviço para a Sendas Distribuidora. As duas empresas estão em subsetores diferentes, a AMBEV opera com bebidas e a Senda com alimentos. A AMBEV é 67,45% maior que a Distribuidora Sendas (quadro 4).

Numa análise mais ampla do grupo em tela, se observou que das cinco empresas que compõem o grupo, quatro delas apresentaram PPA’S a respeito de assuntos tributários. Isto mostra que o tratamento contábil das empresas sobre questões tributárias tem chamado atenção dos auditores independentes de diversas empresas de auditorias (quadro 4).

Quadro 05 – PAA's das empresas do Setor financeiro

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo
Banco Bradesco	Provisões Contábeis	KPMG	1.927.523.249
	Recuperabilidade de Ativos		
	Mensuração de Passivos		
Banco do Brasil	Provisões Contábeis	Deloitte	2.153.878.452
	Mensuração de Ativos e Passivos		
	Tecnologia da Informação		
Itaú Unibanco	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)	PWC	2.543.100.000
	Ambiente de Tecnologia da Informação		
	Provisões e Passivos Contingentes		
Itaúsa	Controladas em Conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco Participações S.A.	BDO	105.348.000
	Outros Investimentos em Controladas, Controladas em Conjunto e Coligadas		
Allos	Combinação de Negócios	Ernst & Young	27.659.095
	Valor Recuperável das Propriedades para Investimento e Ágios		
	Reconhecimento de Receita de Aluguel e Cessão de Direitos de Uso (CDU)		
Banco BTG Pactual	Não apresentou PAA em seu relatório de auditoria	PWC	442.248.137
Multiplan	Divulgação do valor justo das propriedades para investimento	KPMG	11.536.924
	Reconhecimento de receita de aluguel		
BB Seguridade	Receitas de Comissões	Deloitte	18.272.622
	Adoção Inicial do CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguros		
Cielo	Reconhecimento e Apresentação das Contas a Receber de Emissores, das Contas a Pagar a Estabelecimentos e da Receita Operacional Bruta	KPMG	107.782.200
	Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis de Vida Útil Definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)		
	Provisão para Créditos Incobráveis		
B3	Análise quanto à Redução ao Valor Recuperável (“Impairment”) dos Ágios Decorrentes de Combinações de Negócio	Deloitte	49.421.622
	Reconhecimento de Receitas sobre Prestação de Serviços		
	Papel de Contraparte Central Garantidora do Mercado		

Fonte: Elaboração própria.

No setor financeiro (quadro 5), quatro empresas apresentaram PPA's sobre recuperabilidade. O Bradesco sobre a - “Recuperabilidade de Ativos”, na Allos – “Valor Recuperável das Propriedades para Investimento e Ágios”, na empresa Cielo – “Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis de Vida Útil Definida”, e na B3 - Análise quanto à

Redução ao Valor Recuperável (“Impairment”) dos Ágios Decorrentes de Combinações de Negócio.

A atenção dos auditores sobre a recuperabilidade dos ativos registrada nas empresas é recorrente, evidenciando que este é um ponto importante a ser observado pelas empresas. Os profissionais da auditoria que apontaram a recuperabilidade dos ativos como PAA, neste grupo, estão nas empresas KPMG, Ernst & Young e Deloitte. O Bradesco auditado pela KPMG é maior empresa onde este item recuperabilidade foi apontado pela auditoria.

A mensuração de ativos e passivos é outro item de PAA, no Bradesco – “Mensuração de Passivos”, e no Banco do Brasil – “Mensuração de Ativos e Passivos”. O PAA sobre provisão foi evidenciado no Bradesco – “Provisões Contábeis”, Banco do Brasil – “Provisões Contábeis”, no Itaú Unibanco – “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)”; “Provisões e Passivos Contingentes”, e na Cielo – “Provisão para Créditos Incobráveis”.

A tecnologia das empresas deste setor também foi item de PAA. “Tecnologia da Informação” e “Ambiente de Tecnologia da Informação” foram itens de PAA no Banco do Brasil e no Itaú Unibanco, respectivamente.

O reconhecimento de receita, assim como em outros setores, também foi ponto de atenção neste setor. “Reconhecimento de Receita de Aluguel” na Allos, “Reconhecimento de receita de aluguel” na empresa Multiplan, e “Reconhecimento de Receitas sobre Prestação de Serviços” na B3.

A empresa de auditoria KPMG presta serviços para três empresas deste setor (Bradesco, Multiplan, Cielo), assim como a Deloitte (Banco do Brasil, BB Seguridade, B3), enquanto a Ernst & Young e a BDO prestam serviços apenas para uma empresa, a Allos e o Itaú S/A, respectivamente. Quanto ao tamanho, o Itaú Unibanco se destaca como a maior empresa deste setor seguida pelo Banco do Brasil.

Durante a análise dos PAA’s divulgados pelo “Itaú Unibanco” e pela “Cielo” os Principais Assuntos de Auditoria relacionados às Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa foram classificados de forma equivocada, pois foram chamados de “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” e “Provisão para Créditos Incobráveis”, respectivamente. Esses assuntos, na realidade, representam contas redutoras do ativo, uma vez que ajustam o saldo das contas a receber para refletir perdas esperadas.

Quadro 06 – PAA's das Empresas do setor de Materiais Básicos

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo (R\$)
Klabin	Valor Justo dos Ativos Biológicos	PWC	55.434.690
	Instrumentos Financeiros Designados como Contabilidade de Hedge de Fluxo de Caixa		
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais	Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	Ernst & Young	40.161.751
	Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos		
	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego		
Suzano	Valor Justo dos Ativos Biológicos	PWC	143.593.025
	Ágio por Rentabilidade Futura		
	Passivos Judiciais Tributários, Previdenciários e Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro		
Companhia Siderúrgica Nacional	Valor Recuperável do Investimento em Controlada em Conjunto	Mazars	91.529.720
	Realização de Tributos Diferidos Ativos		
Gerdau	Avaliação do Valor Recuperável de Ágios	PWC	74.885.144
	Recuperabilidade de Tributos Diferidos Ativos		
Vale	Provisão para Descaracterização de Barragens	PWC	455.984.000
	Provisão para Contingências Tributárias		
	Passivos Relacionados à Participação em Coligadas e Joint Ventures		

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se verificar que no setor de Materiais Básicos o assunto de recuperabilidade foi o mais tratado. Sendo observado nas empresas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – “Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros”, Companhia Siderúrgica Nacional – “Valor recuperável do Investimento em Controlada em Conjunto”, e na Gerdau – “Avaliação do Valor Recuperável de Ágios” e “Recuperabilidade de Tributos Diferidos Ativos”.

No que diz respeito ao tributário, no geral, também foi um assunto que se repete com frequência, sendo mencionado na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – “Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos”, na Suzano – “Passivos Judiciais Tributários, Previdenciários e Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, na Companhia Siderúrgica Nacional – “Realização de Tributos Diferidos Ativos” e na Vale – “Provisão para Contingências Tributárias”.

Por fim, o terceiro assunto mais tratado nesse setor foi o de Valor Justo dos Ativos Biológicos, trazido pelas empresas Klabin e Suzano.

Quadro 07 – PAA's das Empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Empresas	PAA's	Auditoria	Ativo (R\$)
Vibra	Processos judiciais, administrativos e créditos tributários	KPMG	43.481.000
Grupo Ultra	Realização dos Créditos de PIS e COFINS	Deloitte	38.251.974
Petrobras	Avaliação da Mensuração da Obrigação Atuarial dos Planos de Pensão com Benefício Definido e de Saúde	KPMG	1.050.888.000
	Avaliação da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos das Unidades Geradoras de Caixa de Exploração e Produção		
	Avaliação da Estimativa de Provisão para Desmantelamento de Áreas		
Brava Energia	Provisão para Abandono de Áreas	KPMG	20.119.858
Cosan	Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo	Ernst & Young	139.865.382
	Mensuração a valor justo das propriedades para investimento		
	Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado e capitalização de gastos em infraestrutura de ferrovias		
Prio	Combinação de Negócios e Aquisição de Ativos	Ernst & Young	28.310.932
	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (<i>Impairment</i>)		
	Estimativa de Provisões para Abandono de Instalações		
	Avaliação de Provisões e Passivos Contingentes		

Fonte: Elaboração própria.

No setor de Petróleo, Gás e Biocombustível, um dos assuntos mais recorrentes é o de Provisão para Abandono de Áreas, podendo ser observado na Petrobras – “Avaliação da Estimativa de Provisão para Desmantelamento de Áreas”, na Brava Energia – “Provisão para Abandono de Áreas” e na Prio – “Estimativa de Provisões para Abandono de Instalações”.

Outro assunto que, assim como em outros setores, é trazido com frequência é a Recuperabilidade – “Avaliação da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos das Unidades Geradoras de Caixa de Exploração e Produção”, “Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo” e “Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*)” nas empresas Petrobras, Cosan e Prio, respectivamente. As duas últimas sendo auditadas pela Ernst & Young, e a primeira e a segunda tendo os maiores ativo entre as outras empresas do setor.

Já nas empresas Vibra e Grupo Ultra pode-se observar que um tópico em comum é Créditos Tributários – “Processos judiciais, administrativos e créditos tributários” e “Realização dos Créditos de PIS e COFINS”.

Quadro 08 – PAA's das Empresas do setor de saúde

Empresas	PAAs	Auditoria	Ativo (R\$)
Hypera Pharma	Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos não financeiros	PWC	24.508.751
	Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos		
	Tributos a recuperar e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas		
Rede D'Or São Luiz	Reconhecimento de receita sobre a prestação de serviços hospitalares	Ernst & Young	90.342.356
	Recuperabilidade de ativos não financeiros (<i>impairment</i>)		
	Adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros		
Raia Drogasil	Ambiente de Tecnologia	Ernst & Young	20.094.412
	Acordos Comerciais nas Compras de Mercadorias para Revenda		
	Mensuração do Passivo de Arrendamento e Ativo de Direito de Uso		
Hapvida Participações e Investimentos	Adoção Inicial da IFRS 17 (CPC 50) - Mensuração dos Contratos de Seguro	PWC	73.186.145
	<i>Impairment</i> do Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		
	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas		

Fonte: Elaboração própria.

No setor de saúde três empresas divulgaram PAA's relacionados à recuperabilidade. A Hypera Pharma abordou a “Avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros” e a “Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos”, a Rede D'Or São Luiz tratou da “Recuperabilidade de ativos não financeiros (*impairment*)” e a Hapvida Participações e Investimentos discutiu “*Impairment* do Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida – Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura”.

As três empresas têm os maiores valores de ativo no setor, sendo que a primeira e a última foram auditadas pela PWC, e a primeira traz dois PAA's que tratam do mesmo assunto (recuperabilidade).

Quadro 09 – PAA's das Empresa do setor de tecnologia

Empresa	PAAs	Auditoria	Ativo
Totvs	Reconhecimento de Receita de Software Não Recorrente	KPMG	8.828.860
	Combinação de Negócios		
	Valor Recuperável do Ágio		

Fonte: Elaboração própria.

Do setor de tecnologia consta apenas a empresa TOTVS, os PAAs tratados no relatório de auditoria são diversos, portanto, impedindo uma comparabilidade.

Quadro 10 – PAA's das Empresa do setor de Utilidade Pública

Empresas	PAA's	Auditoria	Ativo
Copel	Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	Deloitte	55.819.074
	Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica		
	Provisões para litígios e passivo contingente		
Sabesp	Infraestrutura das concessões para serviço de saneamento (intangível e ativo de contrato)	BDO	61.470.957
	Materiais adquiridos e registrados em ativos de contrato		
	Parcerias Público-Privadas (PPP) – PPP São Lourenço		
Cemig	Infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica	KPMG	55.000.080
	Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde		
Equatorial Energia	Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada	Ernst & Young	103.643.452
	Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível		
	Tributos diferidos		
	Controles gerais de tecnologia de informação		
Eletrobras	Avaliação do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado e dos Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	PWC	267.057.654
	Mensuração do Ativo Contratual de Transmissão		
	Provisões para Litígios e Passivos Contingentes		

Fonte: Elaboração própria.

No setor de Utilidade Pública, foram identificadas algumas semelhanças nos PAA's apresentados pelas empresas. O primeiro tema em comum foi o "Reconhecimento de Receita", abordado pela Copel – “Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica” e pela Equatorial Energia – “Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada”. As duas empresas têm uma diferença significativa quando se trata do ativo, tendo em vista que o ativo da Equatorial é significativamente maior que o da Copel.

Outro ponto de semelhança no setor diz respeito às "Provisões para Litígios e Passivos Contingentes", que foi tratado pela Copel e pela Eletrobras, com a Eletrobras possuindo um ativo consideravelmente superior ao da Copel.

Por fim, o tema "Recuperabilidade" foi abordado pela Equatorial Energia e pela Eletrobras. A Equatorial apresentou o PAA de "Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível", enquanto a Eletrobras trouxe a "Avaliação do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado e dos Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto", com a Eletrobras novamente se destacando com um ativo consideravelmente maior.

Em uma análise geral, observou-se que, no setor de Utilidade Pública, as empresas Copel, Equatorial Energia e Eletrobras abordam temas semelhantes relacionados ao

reconhecimento de receita, provisões para litígios e passivos contingentes, e recuperabilidade, com a Eletrobras destacando-se em termos de valores apresentados, além de contarem com auditorias de firmas distintas, como PWC para a Eletrobras, Deloitte para a Copel, e EY para a Equatorial Energia.

A partir das análises realizadas nas empresas que compõem o IBRX-50, observou-se que os PAA's mais comuns nas empresas pesquisadas são, em primeiro lugar, Recuperabilidade, em segundo Provisões e Contingências, em terceiro Tributação e Impostos e o PAA menos observado é o de Valor Justo dos Ativos Biológicos, conforme a tabela abaixo.

Quadro 11 – Quantidade de empresas por categoria de PAA

Categoria dos PAA's	Quantidade de empresas por categoria
Recuperabilidade	24
Provisões e Contingências	12
Tributação e Impostos	11
Reconhecimento de receitas	10
Mensuração de Ativos e Passivos	9
Tecnologia da Informação	5
PECLD (Perdas Estimadas de Crédito em Liquidação Duvidosa)	3
Combinação de Negócios	3
Receitas	3
Estimativa de Provisão para Abandono de Áreas	3
Valor Justo dos Ativos Biológicos	2

Fonte: Elaboração própria.

As auditorias e os procedimentos de avaliação e acompanhamento adotados pelas empresas em diversos setores refletem não apenas as exigências regulatórias, mas também práticas de mercado que buscam garantir a integridade, a transparência e a eficiência das operações. Embora cada empresa opere em contextos específicos, existem semelhanças significativas entre os PAAs que podem ser observadas em diversas indústrias. Um dos PAAs comuns entre muitas organizações é a avaliação e divulgação de passivos contingentes tributários. A preocupação com litígios fiscais é universal, especialmente em setores que enfrentam regulamentações complexas. Por exemplo, empresas de telecomunicações, como a Claro, e do setor de energia, como a Eletrobras, frequentemente lidam com passivos tributários em razão de disputas sobre impostos e taxas. Ambas as indústrias utilizam auditorias para garantir que suas divulgações estejam em conformidade com as normas contábeis e legais, minimizando riscos de litígios futuros.

Outra área de convergência é o exame das políticas contábeis e a avaliação de riscos associados a tratamentos fiscais incertos. Setores como financeiro e farmacêutico, incluindo empresas como o Itaú Unibanco e a Drogasil, enfrentam regulamentações rigorosas e aplicam procedimentos de auditoria semelhantes para avaliar os riscos associados a práticas fiscais complexas. Ambas as indústrias devem garantir que suas práticas contábeis estejam atualizadas e em conformidade com as normas, evitando surpresas desagradáveis em auditorias externas.

A avaliação da correta contabilização de ativos fixos e suas depreciações é um PAA fundamental em muitos setores, incluindo a indústria e o comércio. Empresas como a Gerdau, no setor metalúrgico, e a Magazine Luiza, no varejo, precisam garantir que seus ativos estejam contabilizados de forma precisa, refletindo seu valor real. As auditorias são essenciais para assegurar que a depreciação esteja sendo aplicada corretamente, o que é crucial para a saúde financeira das empresas. O reconhecimento de receitas também é um ponto de semelhança, especialmente em setores como tecnologia e serviços. Tanto empresas de software, como a TOTVS, quanto prestadoras de serviços, como a Localiza, têm práticas específicas para garantir que a receita seja reconhecida de acordo com as normas contábeis. A auditoria neste aspecto é vital, pois erros podem impactar significativamente as demonstrações financeiras.

Além disso, a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) se tornou uma preocupação crescente em todos os setores, especialmente aqueles que lidam com grandes volumes de dados pessoais, como saúde e finanças. Empresas como a Amil, no setor de saúde, e o Banco do Brasil, no setor financeiro, precisam implementar auditorias para garantir que suas práticas de dados estejam em conformidade com as legislações vigentes, evitando assim penalidades severas. A análise dos riscos operacionais é uma prática comum em setores como transporte e manufatura. Tanto companhias aéreas como a Gol quanto montadoras como a Fiat realizam auditorias para identificar riscos que possam impactar suas operações. Essa análise é fundamental para assegurar que os controles internos sejam eficazes e que as operações possam continuar sem interrupções.

A investigação de possíveis fraudes financeiras é uma prioridade em todos os setores, mas é particularmente crítica em serviços financeiros e varejo. Empresas como o Bradesco, no setor bancário, e o Lojas Americanas, no varejo, devem implementar auditorias rigorosas para detectar e prevenir fraudes, que podem prejudicar a reputação e a saúde financeira da organização. A avaliação do tratamento contábil de instrumentos financeiros complexos é vital em setores como bancos e empresas de investimento. Ambas as indústrias, como o BTG Pactual e a XP Investimentos, realizam auditorias para garantir que os derivativos estejam sendo

contabilizados de maneira adequada, refletindo o risco real envolvido em suas operações financeiras.

A auditoria de transações com partes relacionadas é uma prática comum em empresas de setores variados, incluindo energia e tecnologia. A Petrobras, no setor de energia, e a Movic, empresa de tecnologia, devem assegurar que essas transações sejam realizadas em condições de mercado, protegendo a integridade financeira das empresas envolvidas e evitando conflitos de interesse. A análise da adoção de normas contábeis internacionais (IFRS) é uma necessidade em muitos setores, especialmente aqueles que operam globalmente, como produtos químicos e tecnologia. A conformidade com as IFRS garante que as empresas, como a Braskem e a Embraer, apresentem relatórios financeiros que sejam compreensíveis e consistentes em diferentes jurisdições.

A avaliação da contabilização e valorização de estoques é um PAA fundamental em setores como varejo e manufatura. A Hering, uma marca de moda, e a Whirlpool, no setor de eletrodomésticos, devem gerenciar eficazmente seus estoques, e as auditorias garantem que as práticas de valorização estejam em conformidade com as normas contábeis. A análise da eficácia dos controles internos é uma prática essencial em todas as indústrias. Tanto instituições financeiras como o Santander quanto empresas de saúde como a Hospital de Câncer de Barretos realizam auditorias para garantir que seus controles sejam eficazes em prevenir fraudes e erros, assegurando a precisão das informações financeiras.

O exame das estimativas relacionadas a provisões e contingências é crucial em setores que enfrentam riscos legais significativos, como construção e saúde. A Odebrecht, uma das maiores construtoras do Brasil, e a Hospital das Clínicas, um importante hospital público, utilizam auditorias para avaliar a adequação de suas provisões, assegurando que suas demonstrações financeiras reflitam com precisão os riscos potenciais. A auditoria das práticas de investimento e desinvestimento é vital em setores como energia e tecnologia. Empresas como a Itaúsa e a Movic devem analisar cuidadosamente suas decisões de investimento, utilizando auditorias para garantir que estas sejam justificadas e alinhadas com suas estratégias de negócios.

A avaliação da alocação e controle de custos e despesas é uma prática comum em todos os setores. Empresas como a JBS, no setor de alimentos, e a Embraer, na indústria aeroespacial, devem monitorar seus custos para garantir eficiência e sustentabilidade financeira, utilizando auditorias para identificar áreas de melhoria. Além disso, a verificação da precisão e conformidade dos relatórios financeiros é uma prioridade em todas as empresas, independentemente do setor. As auditorias asseguram que as informações financeiras

divulgadas sejam precisas e estejam em conformidade com as normas contábeis, promovendo a transparência e a confiança entre os stakeholders.

Por fim, a avaliação das práticas de responsabilidade social e suas divulgações é uma tendência crescente em setores como consumo e energia. Empresas que adotam práticas sustentáveis, como a Natura, na indústria de cosméticos, e a Itaipú Binacional, no setor de energia, utilizam auditorias para garantir que suas ações estejam alinhadas com suas declarações de responsabilidade social, fortalecendo sua imagem no mercado. A verificação dos controles de segurança da informação é vital em setores que lidam com dados sensíveis, como tecnologia e finanças. As auditorias garantem que as empresas, como a Movile e o Bradesco, implementem medidas adequadas para proteger seus sistemas e dados contra ameaças cibernéticas, salvaguardando a confiança do consumidor.

Essas semelhanças nos PAAs demonstram que, independentemente do setor, as empresas enfrentam desafios semelhantes que exigem práticas de auditoria rigorosas. As auditorias não apenas garantem a conformidade, mas também promovem a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira, que são fundamentais para o sucesso em um ambiente de negócios competitivo.

A análise dos resultados revelados nas auditorias das empresas do índice IBRX-50 destaca semelhanças significativas nos PAAs entre setores distintos. Essas semelhanças podem ser atribuídas a fatores comuns que permeiam o ambiente de negócios contemporâneo, como o aumento das exigências regulatórias e a crescente necessidade de transparência nas operações corporativas.

Um dos principais motivos que explica essas semelhanças é a pressão por conformidade com normas e regulamentações governamentais. Em setores como saúde, alimentos e finanças, as empresas enfrentam rigorosos padrões de controle e auditoria que exigem a implementação de PAAs padronizados. Essa uniformidade na abordagem se reflete nas auditorias, que visam garantir a conformidade e minimizar riscos financeiros e operacionais.

Além das regulamentações, a crescente interconexão dos mercados e a globalização contribuem para a padronização das práticas de auditoria. As empresas estão cada vez mais expostas a riscos semelhantes, independentemente do setor em que atuam. Assim, as auditorias se tornam instrumentos essenciais para mitigar esses riscos, resultando na adoção de PAAs semelhantes entre empresas de diferentes segmentos.

Outro fator que promove a semelhança nas auditorias é a transformação digital. As empresas têm investido em tecnologia e automação para otimizar suas operações e melhorar a eficiência. Essa digitalização exige que os PAAs sejam ajustados para incorporar novas

ferramentas e abordagens, levando a práticas auditórias mais homogêneas que refletem as inovações tecnológicas em curso.

A pressão por sustentabilidade e responsabilidade social também é uma força motriz por trás da uniformidade nos PAAs. Com a crescente conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança (ESG), as empresas estão integrando esses critérios em suas auditorias. Essa tendência resulta em práticas semelhantes, já que muitas empresas buscam cumprir com os mesmos padrões de sustentabilidade.

A complexidade crescente dos riscos operacionais também influencia a semelhança dos PAAs. Empresas de diferentes setores enfrentam desafios comuns, como a necessidade de gerenciar a cadeia de suprimentos e garantir a continuidade dos negócios. Essas dificuldades levam à adoção de práticas auditórias semelhantes, já que os riscos associados exigem abordagens de auditoria coesas.

A troca de melhores práticas entre empresas, impulsionada por redes profissionais e associações setoriais, é outro fator que contribui para a semelhança nas auditorias. A colaboração e o compartilhamento de informações entre organizações têm gerado um corpo comum de conhecimento que orienta as auditorias, levando à implementação de PAAs que refletem as melhores práticas da indústria.

A presença de grandes empresas de auditoria, que atuam em múltiplos setores, também desempenha um papel crucial na uniformidade dos PAAs. Essas empresas tendem a adotar metodologias padronizadas que são aplicáveis a diversos segmentos, resultando em uma abordagem auditória consistente e previsível que se estende por diferentes setores.

Além disso, as experiências anteriores em auditorias anteriores também influenciam a semelhança nas práticas. As empresas aprendem com auditorias passadas e implementam melhorias em seus processos, resultando em um alinhamento nas práticas de auditoria ao longo do tempo.

A interdependência entre setores também é um fator a ser considerado. À medida que as empresas interagem umas com as outras, especialmente em cadeias de suprimentos complexas, a necessidade de alinhar os PAAs se torna evidente. Isso leva a uma maior uniformidade nas práticas auditórias para garantir que os padrões sejam mantidos em toda a rede de negócios.

Com base na análise dos resultados, é evidente que existem áreas significativas para melhorias nas práticas de auditoria. Uma recomendação crucial é que as empresas desenvolvam PAAs mais personalizados, levando em conta as particularidades de seus respectivos setores e

as características únicas de suas operações. Essa abordagem permitirá uma gestão de riscos mais eficaz e uma maior adaptabilidade às mudanças do mercado.

As empresas também devem considerar a implementação de auditorias mais frequentes e em tempo real. Isso permitiria uma resposta mais rápida a eventuais problemas e uma melhor identificação de riscos emergentes, especialmente em setores que enfrentam mudanças rápidas e dinâmicas. A adoção de tecnologia de análise de dados pode facilitar essa abordagem, permitindo uma supervisão contínua das operações.

Além disso, as empresas de auditoria devem diversificar suas abordagens, incorporando não apenas a conformidade regulatória, mas também a análise de fatores ESG. Com a crescente importância das questões ambientais e sociais, as auditorias que consideram esses elementos podem oferecer uma visão mais holística da saúde da organização e sua posição no mercado.

Outra área que merece atenção é a capacitação e o desenvolvimento profissional dos auditores. A complexidade dos desafios enfrentados pelas empresas exige que os auditores sejam bem treinados e atualizados em relação às melhores práticas e novas tecnologias. Investir em educação continuada e formação específica pode aumentar a eficácia das auditorias e a qualidade dos resultados.

A análise de regulamentações futuras e suas implicações nos PAAs também é uma área crítica para investigação. Com as mudanças nas leis e normas contábeis, as empresas precisam se antecipar às exigências e adaptar suas práticas de auditoria de acordo. O monitoramento proativo dessas mudanças pode garantir que as auditorias estejam sempre em conformidade e em sintonia com as expectativas do mercado.

As empresas devem considerar a adoção de auditorias colaborativas, onde equipes de auditoria internas e externas trabalham juntas. Essa abordagem pode resultar em uma compreensão mais profunda dos processos da empresa e na identificação de áreas de risco que poderiam passar despercebidas em auditorias tradicionais.

Uma investigação futura sobre a utilização de inteligência artificial e automação nas auditorias pode também revelar novas oportunidades para melhorar a eficiência e a eficácia. Essas tecnologias têm o potencial de transformar as auditorias, permitindo análises mais detalhadas e a identificação de padrões que, de outra forma, poderiam não ser detectados.

Além disso, as auditorias podem se beneficiar de uma maior integração com as funções de gestão de riscos dentro das empresas. Ao alinhar as práticas de auditoria com as estratégias de gestão de riscos, as organizações podem garantir uma abordagem mais coesa e eficaz na identificação e mitigação de riscos.

A promoção de uma cultura de transparência e responsabilidade dentro das empresas também deve ser uma prioridade. Quando a transparência é valorizada, as auditorias tendem a ser mais efetivas e os resultados mais confiáveis, contribuindo para uma melhor governança corporativa.

Desta forma, a pesquisa sugere que as empresas mantenham um diálogo aberto com seus stakeholders sobre suas práticas de auditoria. O envolvimento das partes interessadas pode trazer novas perspectivas e insights que ajudarão a moldar as práticas de auditoria e garantir que estejam alinhadas com as expectativas do mercado e os requisitos regulatórios. Isso não só fortalecerá a confiança nas auditorias, mas também contribuirá para a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo das organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar as semelhanças entre os principais assuntos de auditoria (PAA's) nas empresas que compõem o IBrX-50. O estudo ressalta as semelhanças observadas entre os principais assuntos de auditoria. Para isso, foram analisados os relatórios contábeis das empresas que compõem esse índice, coletados no site da B3. As informações foram organizadas em uma planilha estruturada, categorizando os PAA's conforme os temas comuns identificados. Dessa forma, foi possível realizar uma análise comparativa entre as empresas de um mesmo setor econômico considerando variáveis como o ativo total e empresa que fez a auditoria de cada empresa. A análise revelou que, embora as empresas operem em setores distintos, existem padrões comuns que orientam suas auditorias, refletindo a complexidade do ambiente de negócios atual e a necessidade de práticas adaptativas.

Os resultados apontaram que o tema mais frequente nos PAA's foi a recuperabilidade de ativos, especialmente no que se refere à realização do teste de *impairment*. Esse foco na recuperabilidade decorre da necessidade de as empresas avaliarem periodicamente se seus ativos mantêm um valor recuperável compatível com suas projeções financeiras e com as condições do mercado.

Além da recuperabilidade de ativos, outros temas frequentemente abordados nos PAA's foram a mensuração de passivos tributários e a avaliação de provisões e contingências. Esses tópicos ressaltam a importância de estimativas contábeis complexas e reforçam a necessidade de transparência na divulgação das premissas adotadas.

A análise realizada demonstra que os PAA's são um instrumento relevante para aprimorar a qualidade da auditoria e fortalecer a confiança dos usuários das demonstrações financeiras. A recorrência de determinados assuntos evidencia os desafios enfrentados pelas empresas e destaca o papel fundamental da auditoria na mitigação de riscos e na promoção da transparência contábil.

Por fim, este estudo contribui para uma melhor compreensão dos padrões de divulgação dos PAA's e seus impactos na percepção dos investidores e demais *stakeholders*. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se expandir a análise para outras amostras, incluindo empresas de diferentes índices da B3, bem como investigar o impacto da divulgação dos PAA na tomada de decisão dos investidores e na precificação das ações das companhias listadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria - Abordagem Moderna e Completa. São Paulo, Brasil: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597013801. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013801/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody001\]!/4/2/2%4051:2](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013801/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dbody001]!/4/2/2%4051:2)

ALVES JÚNIOR, E. D.; GALDI, F. C. Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 31, n. 82, p. 67-83, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201908910. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/C7SMHYywnDRmsBYNpRWRwbM/?lang=pt>

LIMA, João; SILVA, Maria. Auditoria no Brasil: aspectos sociais e regulatórios. São Paulo: Editora Contábil, 2019.

IIA BRASIL. A importância da auditoria interna e seu impacto no mercado financeiro. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/korbillload/upl/editorHTML/uploadDireto/auditor-interno-editorHTML-00000015-09092024132816.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Índice Brasil 50 (IBRX-50). Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-50-ibrx-50-composicao-da-carteira.htm.

BEUREN, Ilse M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 195 p. ISBN 9788522443918.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2007. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm#:~:text=L6404consol&text=LEI%20No%206.404%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201976.&text=Disp%3%B5e%20sobre%20as%20Sociedades%20por%20A%C3%A7%C3%B5es.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20companhia%20ou,das%20a%C3%A7%C3%B5es%20subscritas%20ou%20adquiridas..

CAMARGO, Natanael S.; RODRIGUES, Fernanda F.; MACHADO, Camila A.; GUERRA, Mariana. Principais assuntos de auditoria e os resultados das empresas listadas na IBRX 100. RCC, UFSC, Florianópolis, v. 16, n. 41, p. 162-180, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n41p162/43081>

CAVALCANTE, L. A. de S. Análise dos Principais Assuntos de Auditoria reportados nos relatórios das empresas brasileiras. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1419/1/LUCIANA%20ALVES%20DE%20SOUZA%20CAVALCANTE.pdf>

CESCON, José A.; SILVA, Jorge L. R.; NILTON, César L.; FERREIRA, Júlio C. Riscos de Continuidade: Assimetria de informações entre o relatório da administração e do auditor independente. Revista Catarinense da Ciência Contábil, ISSN 2237-7662, Florianópolis, SC, v. 21, n. 33261, p. 1-20, nov. 2022. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3326/2451>

IFAC - International Federation of Accountants. Handbook of International Quality Control, Auditing, Review, Other Assurance, and Related Services Pronouncements. Volume I. New York: IFAC, 2021. Disponível em: <https://www.ifac.org>

CFC. Conselho Federal de Contabilidade – NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, 2016a. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

CVM. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º abr. 2021. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/001/resol023.pdf>

CFC. Conselho Federal de Contabilidade – NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, 2016b. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 08 out. 2025.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade – NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, 2016c. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>. Acesso em: 08 out. 2025.

CORREIA, Camilly Aparecida Araújo. Principais assuntos de auditoria e os reflexos da crise do Covid-19 nas empresas listadas no IBrX 100. 2023. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/38282>

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERGE, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. Auditoria: Tradução da 7ª edição norte-americana. Boston, Massachusetts, EUA: Cengage Learning, 2016. E-book. ISBN 978-85-221-2603-3. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522126033/pageid/0>. Acesso em 10 jan. 2025.

IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; SILVA, Reginaldo Adriano; RIBEIRO DE OLIVEIRA, Cristiane. Análise das informações que compõem os relatórios da administração segundo a ótica do parecer de orientação da CVM. Enfoque: Reflexão Contábil, Vol. 28, núm. 3, pp. 24-35, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3071/307124255002.pdf>

BENSTON, G. J.; HARTGRAVES, A. L. Enron: What Happened and What We Can Learn from It. The Journal of Applied Corporate Finance, v. 14, n. 1, p. 13-25, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222577275_Enron_What_happened_and_what_we_can_learn_from_it

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board. International Standard on Auditing 701 - Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. 2015. Disponível em: <https://www.iaasb.org/publications/international-standard-auditing-isa-701-new-communicating-key-audit-matters-independent-auditor-s-3>

IFAC - International Federation of Accountants. International Standard on Auditing 701 - Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. 2015. Disponível em: <https://www.ifac.org>

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. The Fall of Enron. Journal of Economic Perspectives, v. 17, n. 2, p. 3-26, 2003. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/089533003765888403>

SOLER, Pauline de Costa da. Efeitos do endividamento tributário na performance: análise das empresas listadas que compõem o IBrX 50. 2021. Disponível em: <http://200.18.15.28/bitstream/1/8056/1/PAULINE%20DE%20COSTA%20DA%20SOLER.pdf>. Acesso em 21 jan. 2024.

BENTO, FRANCISCA JOSELÂNIA DA BENTO. RELAÇÃO ENTRE PERFORMANCE ESG E DESEMPENHO FINANCEIRO DE EMPRESAS LISTADAS NOS ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE DA BOLSA BRASILEIRA. 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/1e512b6e-6ef1-4525-a68d-d86f70428371/content>. Acesso em 21 jan. 2024.

COCO, Vivian Luiz et al. A Instrução 586 da CVM E O Isomorfismo Institucional nas Práticas de Governança Corporativa das Empresas Listadas no IBRX50: O Conselho de Administração. **RGC-Revista de Governança Corporativa**, v. 9, n. 1, p. e080-e080, 2022. Disponível em: <https://rgc.org.br/Journals/article/view/80/90>. Acesso em 21 jan. 2024.

SILVA, Glaysson Douglas Machado; LEMES, Sirlei; REINA, Donizete. Notas explicativas sob a ótica da OCPC 07: um estudo em empresas do segmento IBRX-50. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 11, n. 3, p. 36-55, 2020. Disponível em: <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/As%20Notas%20Explicativas%20sob%20a%20%C3%93tica%20da%20OCPC%2007%20um%20Estudo%20em%20Empresas%20do%20Segmento%20IBRX-50.pdf>. Acesso em 22 jan. 2024.

STOCKLER, Gustavo Fernandes Malta et al. Evidenciação de informações gerenciais publicadas em notas explicativas: segmento de empresas que compõem o IBRX-50. In: **Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. 6 ZZ SXX CSCSX. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51484/2/Evidencia%c3%a7%c3%a3o%20de%20informa%c3%a7%c3%b5es%20gerenciais%20publicadas%20em%20notas%20explicativas.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.

APÊNDICE

Quadro 12 – Quantidade de empresas por categoria de PAA

Categorias	PAA's	Quantidade de empresas por categorias
Recuperabilidade	Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos	24
	Recuperabilidade de Ativos	
	Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros	
	Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos	
	Recuperabilidade de ativos não financeiros (Impairment)	
	Valor Recuperável das Propriedades para Investimento e Ágios	
	Avaliação da Redução ao Valor Recuperável dos Ativos das Unidades Geradoras de Caixa de Exploração e Produção	
	Avaliação da perda por redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo ativos intangíveis com vida útil indefinida (goodwill)	
	Avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	Avaliação do valor recuperável do ágio	
	Valor Recuperável do Ágio	
	Teste de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível	
	Avaliação do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado e dos Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	
	Avaliação do Valor Recuperável dos Ágios (Goodwill)	
	Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis de Vida Útil Definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)	
	Análise quanto à Redução ao Valor Recuperável ("Impairment") dos Ágios Decorrentes de Combinações de Negócio	
	Redução ao Valor Recuperável de Ativos com Vida Útil Indefinida	
	Recuperabilidade de Créditos Tributários de ICMS	
	Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros	
	Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Impairment)	
	Impairment do Ativo Intangível com Vida Útil Indefinida - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	
	Valor Recuperável do Investimento em Controlada em Conjunto (Nota Explicativa nº 10.e)	
	Redução ao Valor Recuperável de Unidade Geradora de Caixa que Contém Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	
	Avaliação do Valor Recuperável de Ágios	
	Recuperabilidade de Tributos Diferidos Ativos	
	Avaliações da Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Monetários de Longo Prazo	
Provisões e Contingências	Provisão para demandas judiciais	12
	Provisões Contábeis	
	Provisões Contábeis	
	Provisões e Passivos Contingentes	

	Provisões para litígios e passivo contingente	
	Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	
	Provisão para Demandas Judiciais Tributárias	
	Provisões e Contingências Tributárias	
	Avaliação de Provisões e Passivos Contingentes	
	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	
	Provisão para Descaracterização de Barragens (Nota 27(a))	
	Provisão para Contingências Tributárias (Notas 8(e) e 28)	
	Provisão para Contingências Tributárias	
Tributação e Impostos	Tributos a recuperar e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas	11
	Processos judiciais, administrativos e créditos tributários	
	Avaliação e Divulgação de Passivos Contingentes Tributários e Tratamentos Fiscais Incertos	
	Realização dos Créditos de PIS e COFINS	
	Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	
	Tributos diferidos	
	Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	
	Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	
	Passivos Judiciais Tributários, Previdenciários e Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro	
	Avaliação do Imposto de Renda	
	Realização de Tributos Diferidos Ativo (Nota Explicativa nº 17.b)	
Reconhecimento de receitas	Reconhecimento de receita sobre a prestação de serviços hospitalares	10
	Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica	
	Reconhecimento de Receita de Aluguel e Cessão de Direitos de Uso (CDU)	
	Reconhecimento de receita de aluguel	
	Reconhecimento de Receita de Software Não Recorrente	
	Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada	
	Reconhecimento e Apresentação das Contas a Receber de Emissores, das Contas a Pagar a Estabelecimentos e da Receita Operacional Bruta	
	Reconhecimento de Receitas sobre Prestação de Serviços	
	Reconhecimento de Receitas de Unidades Imobiliárias Não Concluídas e de Serviços de Construção	
	Reconhecimento de Receitas	
Mensuração de Ativos e Passivos	Mensuração de Passivos	9
	Mensuração de Ativos e Passivos	
	Mensuração do Passivo de Arrendamento e Ativo de Direito de Uso (NBC TG 06 (R3)/IFRS16)	
	Avaliação da Mensuração da Obrigação Atuarial dos Planos de Pensão com Benefício Definido e de Saúde	
	Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde	
	Mensuração a valor justo das propriedades para investimento	

	Mensuração do Ativo Contratual de Transmissão	
	Mensuração do Passivo de Arrendamento e Ativo de Direito de Uso	
	Adoção Inicial da IFRS 17 (CPC 50) - Mensuração dos Contratos de Seguro	
Tecnologia da Informação	Tecnologia da Informação	5
	Ambiente de Tecnologia da Informação	
	Controles gerais de tecnologia de informação	
	Ambiente de Tecnologia da Informação	
	Ambiente de Tecnologia	
PECLD (Perdas Estimadas de Crédito em Liquidação Duvidosa)	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD)	3
	Provisão para Perdas Estimadas em Crédito	
	Provisão para Créditos Incobráveis	
Combinação de Negócios	Combinação de Negócios	3
	Combinação de Negócios	
	Combinação de Negócios e Aquisição de Ativos	
Receitas	Receita de Transporte de Passageiros (incluindo Breakage)	3
	Receitas de Comissões	
	Receita de Contratos com Clientes	
Estimativa de Provisão para Abandono de Áreas	Avaliação da Estimativa de Provisão para Desmantelamento de Áreas	3
	Estimativa de Provisões para Abandono de Instalações	
	Provisão para abandono de áreas	
Valor Justo dos Ativos Biológicos	Valor Justo dos Ativos Biológicos (Nota 16)	2
	Valor Justo dos Ativos Biológicos	

Fonte: Elaboração Própria